



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 22/2026

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” da Lei Federal nº 14.133/2021)

1.1. OBJETO: Aquisição de conjunto de itens de condecoração, composto por estojo, medalha (com gravação em alto e baixo relevo, com fita), miniatura (com fita), barreta e roseta, destinado à outorga de homenagens em Sessão Solene a ser realizada em 22 de abril de 2026, a agentes das forças policiais com atuação/lotação em Votuporanga/SP, em cumprimento à Resolução nº 07, de 09 de dezembro de 2019, que institui a Medalha Policial Padrão.

1.2. Conforme tabela a seguir, o detalhamento da composição do objeto, juntamente com seus valores unitários e totais estimados são:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	ESTOJO CONTENDO 01 MEDALHA COM FITA, 01 MINIATURA COM FITA, 01 BARRETA E 01 ROSETA	UN	30	R\$ 182,50	R\$ 5.475,00
VALOR GLOBAL ESTIMADO: R\$ 5.475,00					

1.3. O prazo para entrega é até o dia 08/04/2026.

1.4. Para a presente contratação, a Nota de Empenho substituirá o Termo de Contrato, nos termos do art. 95, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021. Assim, para todos os fins e efeitos, **sempre que neste Termo de Referência houver menção a “contrato”, “instrumento contratual” ou expressões equivalentes, estas deverão ser compreendidas como referência à Nota de Empenho ou a outro instrumento hábil que venha a formalizar a contratação,** aplicando-se, no que couber, as disposições legais e administrativas pertinentes.



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

1.5. De acordo com a definição do artigo 6º, inciso XIII, da Lei n. 14.133 de 1º de abril de 2021, os itens deste procedimento são classificados como de natureza comum.

1.6. Todos os produtos e serviços devem ser de primeira linha e atender os padrões de qualidade reconhecidos pelo mercado nacional e normas brasileiras vigentes, devendo ser entregues e realizados de acordo com este Termo de Referência e demais documentos pertinentes.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “b” da Lei Federal nº 14.133/2021)

2.1. A presente aquisição faz-se necessária para assegurar o integral cumprimento da Resolução nº 7, de 09 de dezembro de 2019, publicado no Diário Oficial do Município em 11 de dezembro de 2019, Edição nº 1031 (fl. 17), disponível no link: https://www.dosp.com.br/exibe_do.php?i=ODcyNjM=, o qual institui a Medalha Policial Padrão.

2.2. A iniciativa visa reconhecer publicamente os relevantes serviços prestados pelos policiais à sociedade votuporanguense, valorizando seu compromisso com a segurança pública, a proteção da vida e a ordem social. A homenagem, por meio da entrega de medalhas personalizadas, representa um gesto simbólico de gratidão e respeito por parte do Poder Legislativo Municipal.

2.3. Destaca-se que a solenidade de entrega contará com a presença de autoridades civis e militares, bem como da comunidade local, sendo de suma importância que as medalhas e respectivos itens complementares (miniatura, barreta, roseta e estojo) estejam prontos com qualidade, precisão e dentro dos padrões esperados para a ocasião, garantindo o devido reconhecimento e prestígio aos homenageados.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “c” da Lei Federal nº 14.133/2021)

3.1. A solução adotada para atendimento da necessidade consiste na aquisição de



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

conjuntos completos de itens de condecoração (estojo, medalha com fita, miniatura com fita, barreta e roseta), em quantidade compatível com o número de homenageados, destinados à outorga anual da Medalha “Policial Padrão” em Sessão Solene, na semana do dia 21 de abril (Dia das Polícias), nos termos da Resolução nº 07/2019.

3.2. Considerando o ciclo de vida do objeto, a contratação abrange as seguintes etapas integradas:

- a) Planejamento e padronização: a Administração define previamente a quantidade, o padrão visual e a composição do conjunto, observando os modelos e medidas previstos no Anexo I da Resolução nº 07/2019, garantindo uniformidade e caráter institucional da homenagem.
- b) Produção/Confecção: os itens serão confeccionados pelo fornecedor, contemplando medalha com gravação em alto e baixo relevo e seus acessórios, com acabamento compatível com o uso cerimonial, assegurando legibilidade, integridade do relevo, fixação adequada das fitas e apresentação condizente com evento solene.
- c) Montagem e acondicionamento: cada conjunto deverá ser entregue montado e acondicionado em estojo, de modo a preservar o item (proteção contra riscos, oxidação, amassamentos e sujeira) e facilitar o manuseio e a entrega oficial.
- d) Entrega, recebimento e conferência: os conjuntos serão entregues dentro do prazo definido, permitindo conferência quantitativa e qualitativa, com possibilidade de rejeição/substituição em caso de desconformidade, garantindo que o material esteja apto para a solenidade.
- e) Uso e conservação: os itens têm finalidade exclusivamente honorífica e cerimonial, sem necessidade de instalação, operação continuada, manutenção preventiva ou assistência técnica. Após a entrega, a conservação passa a ser de responsabilidade do homenageado, mantendo-se a integridade do conjunto por meio do acondicionamento no próprio estojo.
- f) Pós-uso e destinação final: por se tratar de condecoração de caráter simbólico, o conjunto



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

não se destina ao consumo contínuo nem à substituição periódica, sendo a reposição necessária apenas em situações excepcionais (defeitos de fabricação constatados no recebimento ou avarias no transporte, a serem sanadas pelo fornecedor). Eventuais resíduos de embalagem decorrentes da entrega deverão ser minimizados e destinados conforme rotinas internas de descarte da Câmara.

3.3. Assim, a contratação assegura o atendimento integral do objeto e sua finalidade institucional, reconhecer publicamente os serviços prestados pelos profissionais das forças policiais, com entrega em prazo compatível com a Sessão Solene e com padrão uniforme, conforme determinado pela Resolução nº 07/2019 e pelo objeto descrito neste Termo de Referência.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea “d” da Lei Federal nº 14.133/2021)

4.1. Arte de referência a ser reproduzida na medalha e na miniatura:





Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

4.2. Requisitos mínimos da medalha:

Medalha “Policial Padrão”, confeccionada em latão, com 35 mm (trinta e cinco milímetros) de diâmetro e espessura mínima de 1,5 mm (um vírgula cinco milímetros), contendo no anverso as gravuras confeccionadas em alto e baixo relevo (por cunhagem/estampagem em matriz ou processo equivalente), idênticas à arte de referência (subitem 4.1) fornecida pela Contratante, com definição e legibilidade compatíveis com uso cerimonial. O reverso deverá ser liso, sem inscrições, mantendo acabamento uniforme.

A medalha deverá receber acabamento mecânico, incluindo rebarbação, lixamento e polimento das superfícies e bordas, de modo a eliminar rebarbas e imperfeições e assegurar bom aspecto visual e tátil. Deverá possuir acabamento superficial protetivo, com verniz transparente e/ou camada de proteção equivalente, visando preservar brilho e reduzir oxidação e desgaste.

As áreas coloridas do anverso (conforme arte de referência) deverão ser executadas por pigmentação com resina/esmaltagem a frio (epóxi ou similar), com preenchimento uniforme nas cavidades do relevo, sem bolhas, trincas, falhas, escorrimentos ou descolamentos, e com cura adequada para garantir durabilidade.

A medalha deverá pender de fita em gorgorão de seda chamalotada (ou material equivalente de alta resistência e mesma aparência), medindo 35 mm (trinta e cinco milímetros) de largura por 60 mm (sessenta milímetros) de comprimento, composta por: duas listras verticais de cor azul celeste, com 5 mm de largura cada, nas extremidades; uma listra vertical de cor branca, com 15 mm de largura, no centro; e duas listras verticais de cor amarela, com 5 mm de largura cada, posicionadas uma à direita e outra à esquerda da listra central branca.

A fita deverá ser fixada à medalha por passante/suporte metálico (com argola e/ou rebite, ou sistema equivalente), montado de forma firme, sem folgas, garantindo resistência ao manuseio e ao uso em cerimônias. A fita da medalha deverá conter, ainda, dispositivo adequado de fixação à roupa, do tipo alfinete, presilha metálica ou similar, assegurando



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

firmeza, segurança e facilidade de uso, sem danificar o tecido.

4.3. Requisitos mínimos da miniatura:

Miniatura da Medalha “Policial Padrão”, confeccionada em latão, com 15 mm (quinze milímetros) de diâmetro e espessura mínima de 1,5 mm (um vírgula cinco milímetros), contendo no anverso as gravuras confeccionadas em alto e baixo relevo (por cunhagem/estampagem em matriz ou processo equivalente), idênticas à arte de referência (subitem 4.1) fornecida pela Contratante, com definição e legibilidade compatíveis com uso cerimonial. O reverso deverá ser liso, sem inscrições, mantendo acabamento uniforme.

A miniatura deverá receber acabamento mecânico, incluindo rebarbação, lixamento e polimento das superfícies e bordas, de modo a eliminar rebarbas e imperfeições e assegurar bom aspecto visual e tátil. Deverá possuir acabamento superficial protetivo, com verniz transparente e/ou camada de proteção equivalente, visando preservar brilho e reduzir oxidação e desgaste.

As áreas coloridas do anverso (conforme arte/imagem de referência) deverão ser executadas por pigmentação com resina/esmaltagem a frio (epóxi ou similar), com preenchimento uniforme nas cavidades do relevo, sem bolhas, trincas, falhas, escorrimentos ou descolamentos, e com cura adequada para garantir durabilidade.

A miniatura deverá pender de fita em gorgorão de seda chamalotada (ou material equivalente de alta resistência e mesma aparência), medindo 15 mm (quinze milímetros) de largura por 60 mm (sessenta milímetros) de comprimento, composta por: duas listras verticais de cor azul celeste, com 2 mm (dois milímetros) de largura cada, nas extremidades; uma listra vertical de cor branca, com 7 mm (sete milímetros) de largura, no centro; e duas listras verticais de cor amarela, com 2 mm (dois milímetros) de largura cada, posicionadas uma à direita e outra à esquerda da listra central branca.

A fita deverá ser fixada à miniatura por passante/suporte metálico (com argola e/ou rebite, ou sistema equivalente), montado de forma firme, sem folgas, garantindo resistência ao



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

manuseio e ao uso em cerimônias. A fita da miniatura deverá conter, ainda, dispositivo adequado de fixação à roupa, do tipo alfinete, presilha metálica ou similar, assegurando firmeza, segurança e facilidade de uso, sem danificar o tecido.

4.4. Imagem de referência (meramente comparativo), de modelo similar de medalha e miniatura:



4.5. Requisitos mínimos da barreta:

Barreta da Medalha “Policial Padrão”, medindo 35 mm (trinta e cinco milímetros) de largura por 11 mm (onze milímetros) de altura, confeccionada em latão (ou no mesmo material da medalha), com acabamento mecânico composto por rebarbação, lixamento e polimento das superfícies e bordas, assegurando ausência de rebarbas e bom acabamento visual.

A barreta deverá conter, em sua face aparente, representação do mesmo padrão cromático da fita da medalha, reproduzindo fielmente a disposição: duas faixas verticais azul celeste



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

nas extremidades, faixa central branca, e duas faixas verticais amarelas adjacentes à faixa central, nas mesmas proporções definidas para a fita da medalha, executadas por pigmentação/esmaltagem a frio (resina epóxi ou similar), com preenchimento uniforme e proteção por verniz transparente (ou acabamento equivalente), sem bolhas, trincas, falhas, escorrimentos ou descolamentos, garantindo durabilidade e apresentação compatível com uso cerimonial.

A barreta deverá possuir presilha metálica (ou sistema equivalente) para fixação na roupa, com travamento seguro, garantindo firmeza no uso, sem folgas e sem danificar o tecido.

4.6. Requisitos mínimos da rozeta:

Roseta da Medalha “Policial Padrão”, confeccionada em latão (ou no mesmo material da medalha, quando fornecida em conjunto), com 10 mm (dez milímetros) de diâmetro, com acabamento mecânico composto por rebarbação, lixamento e polimento das superfícies e bordas, assegurando ausência de rebarbas e bom acabamento visual.

A roseta deverá apresentar, em sua face aparente, a divisão em 6 (seis) partes iguais, com representação cromática nas mesmas cores da fita da medalha, assim distribuídas: 1 (uma) parte diagonal na cor branca, 1 (uma) parte diagonal na cor azul celeste, e 2 (duas) partes centrais na cor amarela, conforme padrão institucional, podendo as demais partes manter acabamento metálico compatível com o conjunto (quando aplicável) ou receber complementação cromática conforme arte/modelo adotado.

As cores deverão ser executadas por pigmentação/esmaltagem a frio (resina epóxi ou similar), com preenchimento uniforme e proteção por verniz transparente (ou acabamento equivalente), sem bolhas, trincas, falhas, escorrimentos ou descolamentos, garantindo durabilidade e apresentação compatível com uso cerimonial.

A roseta deverá possuir presilha metálica (ou sistema equivalente) para fixação na roupa, com travamento seguro, garantindo firmeza no uso, sem folgas e sem danificar o tecido.



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

4.7. Requisitos mínimos do estojo:

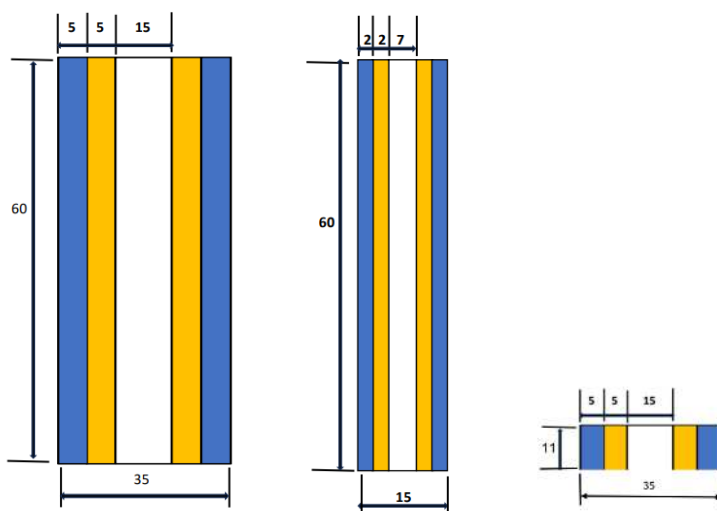
Estojo para Conjunto de Condecoração (Medalha “Policial Padrão”): estojo confeccionado em madeira MDF, com estrutura rígida e acabamento de boa apresentação, revestido interna e externamente com papel couro ou camurça sintética (camursa), na cor preta, com colagem uniforme e sem bolhas, enrugamentos ou descolamentos.

O interior deverá possuir forração e berço/encaixes adequados para acomodação do conjunto (medalha com fita, miniatura com fita, barreta e roseta), de modo a manter as peças fixas, evitando movimentação, riscos e danos durante transporte, armazenamento e manuseio.

O estojo deverá conter fecho metálico externo (tipo trava/clip ou equivalente), com funcionamento firme e seguro, garantindo o travamento adequado quando fechado.

As dimensões do estojo deverão ser proporcionais ao conjunto, permitindo acomodação completa e organizada de todos os itens sem compressão da fita e sem deformações, devendo o produto ser entregue pronto para uso e em condições compatíveis com a finalidade cerimonial.

4.8. Imagens de referência para confecção das fitas da medalha e miniatura, bem como confecção da barreta:

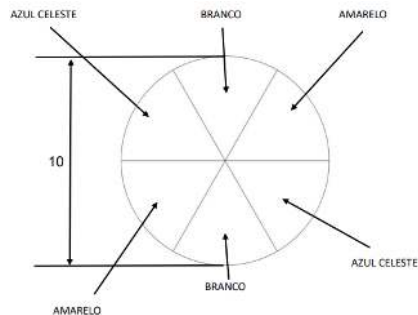




Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

4.9. Imagens de referência para confecção da rozeta:



4.10. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.11. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133 de 2021.

4.12. Não haverá exigência de marcas.

4.13. Não serão exigidas amostras para a presente contratação.

4.14. Não será necessária a realização de vistoria prévia.

5. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (art. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei Federal nº 14.133/2021)

5.1. Condições de execução: O início da execução do objeto será imediato após o envio da Nota de Empenho ou documento similar.

5.1.1. A confecção dos conjuntos somente será autorizada após aprovação completa de sua arte e demais detalhes por parte da Autoridade Competente da Câmara Municipal de Votuporanga.

5.2. Prazo e local de entrega: Os conjuntos deverão ser entregues até o dia 08/04/2026, na Sede da Câmara Municipal de Votuporanga/SP, localizada na Rua Venezuela, Nº 3819, Vila América, CEP 15.502-105.

5.3. Das obrigações da contratada:



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

- 5.3.1. Atender a todos os prazos e necessidades referentes ao objeto contratual, solicitados pela CONTRATANTE durante a vigência do contrato ou documento que vir a substituí-lo.
- 5.3.2. Responsabilizar-se integralmente pelo fornecimento e qualidade dos produtos/serviços discriminado neste Termo de Referência, garantindo que atendam às normas técnicas e regulatórias aplicáveis, não transferindo a outrem, no todo ou em parte.
- 5.3.3. Responsabilizar-se por eventuais danos ocorridos nos materiais, no interior ou fora do espaço da CONTRATANTE, consequentes de manipulação dos funcionários da CONTRATADA.
- 5.3.4. A CONTRATADA deverá emitir pelos serviços prestados/produtos fornecidos, a respectiva nota fiscal/fatura para pagamento.
- 5.3.5. Reparar, corrigir ou ressarcir qualquer avaria eventualmente causada a qualquer bem móvel ou imóvel da CONTRATADA durante a execução do objeto;
- 5.3.6. Realizar qualquer adequação solicitada referente ao objeto contratual, até seu recebimento definitivo.
- 5.3.7. A CONTRATADA deverá estar ciente de que quaisquer entendimentos com a CONTRATANTE serão feitos sempre por escrito, não sendo consideradas quaisquer alegações com fundamento em ordens ou declarações verbais.
- 5.3.8. A CONTRATADA prestará todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, sempre por escrito, cujas reclamações atinentes a quaisquer aspectos da execução contratual se obriga prontamente a atender.
- 5.3.9. A CONTRATADA, independentemente da atuação da fiscalização do ajuste, não se eximirá de suas responsabilidades quanto à execução dos serviços, responsabilizando-se pelo fiel cumprimento das obrigações constantes neste Termo de Referência.
- 5.3.10. A CONTRATADA deverá manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

qualificação exigidas na licitação.

5.4. Das obrigações da contratante:

5.4.1. A gestão do contrato ou documento que vir a substituí-lo, será de responsabilidade da CONTRATANTE, que indicará servidor(es) responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização;

5.4.2. Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

5.4.3. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o prazo e condições estabelecidas;

5.4.4. Rejeitar os produtos/serviços que não atendam aos requisitos constantes neste termo;

5.4.5. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre eventuais irregularidades observadas;

5.4.6. Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

5.4.7. Prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados.

6. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f” da Lei Federal nº 14.133/2021)

6.1. Das condições Gerais de Execução:

6.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente,



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.1.3. As comunicações entre a Câmara Municipal e a CONTRATADA serão realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.1.4. A Câmara Municipal poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.1.5. Após a assinatura do contrato, a Câmara Municipal poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.2. Das Rotinas de Fiscalização:

6.2.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato ou pelo respectivo substituto (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 117, caput).

6.3. Do Fiscal do Contrato:

6.3.1. A fiscalização contratual correrá por conta de servidor designado pela administração com as responsabilidades:

6.3.1.1. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

6.3.1.2. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

6.3.1.3. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá





Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

6.3.1.4. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

6.3.1.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;

6.3.1.6. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade;

6.3.1.7. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;

6.3.1.8. O fiscal do contrato deverá apresentar ao responsável técnico da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados;

6.3.1.9. O responsável técnico deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada; e

6.3.1.10. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui e nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais.

6.4. Do Gestor do Contrato:

6.4.1. A gestão contratual correrá por conta do servidor designado pela administração, o





Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

qual ficará responsável pelo a seguir descrito:

6.4.1.2. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

6.4.1.3. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;

6.4.1.4. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, incluindo as obrigações sociais e trabalhistas, para fins de empenho de despesa e pagamento, bem como anotar os problemas que prejudiquem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

6.4.1.5. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos e as eventuais penalidades aplicadas, devendo constar no cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;

6.4.1.6. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal nº 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso;

6.4.1.7. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração; e

6.4.1.8. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contabilidade para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (art. 6º, XXIII, alínea “g” da Lei Federal nº 14.133/2021)

7.1. Dos Critérios Gerais de Medição: A medição de execução do objeto para fins de pagamento se dará da seguinte forma:

7.1.1. Serão pagos somente os produtos/serviços efetivamente entregues.

7.1.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

7.1.2.1. Não executou nas condições e prazos fixados;

7.1.2.2. Deixou de executar ou não executou com a qualidade mínima exigida; ou

7.1.2.3. Deixou de utilizar materiais, recursos humanos e equipamentos exigidos para a execução do serviço ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. Do recebimento:

7.2.1. Os produtos serão recebidos provisoriamente pelo fiscal na data da entrega, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências contratuais. Este procedimento está de acordo com o art. 140, I, “a”, da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 22, X.

7.2.2. O fiscal técnico do contrato será responsável pelo recebimento provisório do fornecimento dos serviços, assegurando o cumprimento das exigências técnicas estipuladas no contrato.

7.2.3. O fornecimento poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando não estiver



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

conforme as especificações deste Termo de Referência e as condições acordadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.2.4. Em casos onde um único servidor exerce a fiscalização, ele deverá registrar e analisar todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, incluindo aspectos técnicos e administrativos, e encaminhá-los ao gestor do contrato para o recebimento definitivo.

7.2.5. O fornecimento será recebido definitivamente em até 05 (cinco) dias, contados do recebimento da nota fiscal, bem como por um servidor ou comissão designada, após verificação da quantidade e qualidade do serviço prestado e sua aceitação por meio de termo detalhado.

7.2.6. Análise dos relatórios e documentações fornecidos pela fiscalização e, se houver irregularidades, solicitar correções à CONTRATADA, indicando as cláusulas contratuais pertinentes.

7.2.7. Envio da documentação ao setor competente para formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, conforme valor ajustado pela fiscalização e gestão.

7.2.8. Em caso de controvérsia relacionada ao fornecimento dos produtos/serviços, especialmente no que se refere à qualidade e quantidade, será observado o artigo 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.2.9. Nenhum prazo de recebimento será efetivado enquanto estiver pendente a resolução, pela CONTRATADA, de quaisquer inconsistências identificadas na execução do fornecimento ou nos documentos de cobrança.

7.2.10. O recebimento provisório ou definitivo do fornecimento dos serviços não exime a responsabilidade civil da CONTRATADA pela qualidade e segurança da prestação fornecida, nem a sua responsabilidade ético-profissional pela correta execução do contrato conforme os termos acordados.

7.3. Da Liquidação: Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

o prazo de até 15 (quinze) dias para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período;

7.3.1. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.3.1.1. O prazo de validade;

7.3.1.2. A data da emissão;

7.3.1.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

7.3.1.4. O período respectivo de execução do contrato;

7.3.1.5. O valor a pagar; e

7.3.1.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.3.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.3.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal da CONTRATADA, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021;

7.3.4. Constatando-se a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.3.5. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.3.6. Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a CONTRATADA a ampla defesa.

7.3.7. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação.

7.4. Do Prazo de pagamento: O pagamento será efetuado em 15 (quinze) dias, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.4.1. No caso de atraso pelo CONTRATANTE, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

7.5. Da Forma de pagamento: O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA, ou ainda, por boleto bancário.

7.5.1. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.5.2. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.5.3. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha/documento fiscal, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.5.4. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea “h”, da Lei Federal nº 14.133/2021)

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de [DISPENSA DE LICITAÇÃO], com adoção do critério de julgamento de [MENOR PREÇO].

8.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta mais vantajosa, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punida – CNEP, ambos mantidos pela Controladoria-Geral da União - <https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>;
- b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça - www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;
- c) lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU - https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:100171110424753:::P3_TIPO_RELACAO:INIDONEO; e
- d) Certidão de Apenados de Impedimentos de Licitação/Contrato/Chamamento Público/Celebração de Parceria fornecido pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP) - [Pesquisa na Relação de Apenados | Tribunal de Contas do Estado de São Paulo](http://pesquisa.na.relacao.de.apenados|tribunal.de.contas.do.estado.de.sao.paulo) (tce.sp.gov.br)





Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

8.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “a”, “b” e “c” acima, pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU - <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>

8.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;

8.2.3. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o responsável diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;

8.2.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros; e

8.2.5. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

8.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes dos subitens acima, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

8.4.1. O descumprimento do subitem 8.4. acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

8.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

8.6. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.7. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

8.8. A HABILITAÇÃO JURÍDICA SERÁ COMPROVADA MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE:

8.8.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;

8.8.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado em se tratando de sociedade comercial, e no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores;

8.8.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

8.8.4. Decreto de autorização em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido por órgão competente quando a atividade assim o exigir e/ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial;

8.8.5. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.8.6. No caso de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI;



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

8.8.7. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

8.8.8. A demonstração da legitimidade do signatário se dará mediante apresentação da seguinte documentação:

8.8.8.1. No caso de Procurador:

I - Instrumento de mandato público, ou;

II - Instrumento de mandato particular, assinado pelo representante legal da empresa, com firma reconhecida em Cartório, juntamente com Documento de constituição da empresa e alterações, onde se verifique que o sócio subscritor possui legitimidade para outorgar a procuração referida.

8.8.8.2. No caso de sócio-gerente:

I - Documento de constituição da empresa e alterações, no qual estejam expressos poderes para exercer direitos e assumir obrigações decorrentes de tal investidura.

8.8.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.8.10. Documento com foto do(s) sócio(s).

8.9. A REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA SERÁ COMPROVADA MEDIANTE A APRESENTAÇÃO DE:

8.9.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

8.9.2. Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa de Tributos Municipais inscritos em Dívida Ativa da sede do Licitante. Caso a sede do Licitante seja fora deste Município e mantenha filial(is) em Votuporanga, apresentar também desta(s);

8.9.3. Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa de Débitos de Tributos e



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

Contribuições Federais e quanto a Dívida Ativa da União, abrangendo inclusive as Contribuições Sociais (INSS) previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do artigo 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 ou Certidão Previdenciária;

8.9.4. Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

8.9.5. Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) perante a Justiça do Trabalho (Lei Federal 12.440/2011 e artigo 642-A da CLT);

8.9.6. Certidão Negativa de Débitos relativos a DÉBITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA GERIDOS PELA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO e pela SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, relativo ao domicílio ou sede do licitante.

8.10. A REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA PARA MICROEMPRESAS (ME) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) SERÁ COMPROVADA MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE:

8.10.1. Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial do Estado de origem do licitante, ou pela apresentação do Comprovante da opção pelo SIMPLES obtido no site da Secretaria da Receita Federal, ambos documentos emitidos no prazo de até 90 (noventa) dias anteriores à data marcada da sessão pública.

8.10.1.1. Se NÃO OPTANTE pelo SIMPLES Nacional deverá apresentar: Declaração de que se enquadra na situação de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que deverá ser assinada por seu representante legal.

8.10.2. Declaração firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar 123/2006.

8.10.3. Declaração elaborada preferencialmente em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que no ano - calendário de realização da licitação, ainda não tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

porte (art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

8.10.4. Para a habilitação, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar a documentação completa e exigida para fins de comprovação de regularidade Fiscal e Trabalhista mesmo que apresente alguma restrição, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

8.10.5. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte seja habilitado, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

8.10.6. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do instrumento contratual ou outro instrumento que o substitua.

8.10.7. Quanto à microempresa e empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

8.10.8. Não ocorrendo a regularização da documentação, no prazo previsto do subitem 8.10.7, implicará decadência do direito à execução do objeto do certame, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14133/2021, sendo facultado à Administração convocar os Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação, assinatura do contrato ou outro instrumento equivalente que o substitua, ou revogar a licitação.

8.11. A QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA SERÁ COMPROVADA MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE:

8.11.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

8.12. A documentação exigida para fins de habilitação poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF (Jurídica, Fiscal, Social e Trabalhista, Econômico-Financeira e demais documentos por ele abrangidos).

8.13. O interessado também deverá entregar as seguintes declarações, preferencialmente no formato de declaração unificada, como no modelo a seguir:

A CÂMARA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA – SP

DECLARAÇÃO UNIFICADA

Referência: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº **/2026 - PROCESSO Nº 22/2026

A Empresa, devidamente inscrita no CNPJ nº com endereço na Rua/Av....., nº, CEP:..... na cidade de Estado, por intermédio de seu representante/procurador legal, o(a) Sr(a), inscrito(a) no CPF nº e RG nº, **DECLARA** expressamente:

- a) que não utiliza de mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do Art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;
- b) que não está declarado inidônea por qualquer órgão da Administração Pública ou impedida de licitar e contratar com esta Administração Municipal;
- c) que não possui em seu quadro societário e funcional, servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
- d) que atende plenamente a todos os requisitos de habilitação definidos no Edital (art. 63 da Lei Federal nº 14.133/21);
- e) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63 da Lei Federal nº 14.133/21);





Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

f) que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º da Lei Federal nº 14.133/21);

g) que inexitem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

h) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

➤ No caso de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), DECLARAR ainda:

a) Se NÃO OPTANTE pelo SIMPLES Nacional: de que se enquadra na situação de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, assinada por seu representante legal.

b) não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar 123/2006.

c) que no ano - calendário de realização da licitação, ainda não tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte (art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do art. 299 do Código Penal.

Local e Data.

(Assinatura, RG e CPF do Declarante)





Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

Representante Legal e/ou Procurador (conforme o caso)

Obs1.: Nos casos em que o Licitante não se enquadre como Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) RETIRAR da DECLARAÇÃO UNIFICADA as declarações relativas a esta condição.

Obs2.: A declaração unificada deverá ser preenchida, preferencialmente em papel timbrado da empresa proponente, datada e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) e/ou procurador(es) devidamente habilitado(s).

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “i”, da Lei Federal nº 14.133/2021)

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 5.475,00** (cinco mil quatrocentos e setenta e cinco reais) conforme custos unitários descritos na tabela do item 1.2 deste termo de referência.

10. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea “j”, da Lei Federal nº 14.133/2021)

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara Municipal de Votuporanga/SP.

10.1.1. A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

Código da Ficha : 10

Órgão : 01 CAMARA MUNICIPAL

Unidade : 01 CAMARA MUNICIPAL

Dotação : 3.3.90.30.00

MATERIAL DE CONSUMO





Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

11. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

11.1. Após o início da realização dos serviços, não serão permitidas quaisquer alterações quanto às especificações e à execução dos itens constantes neste Termo de Referência, exceto se permitidas mediante a aprovação da Presidência da Câmara Municipal.

11.2. Todas as situações não previstas neste Termo de Referência que se referirem à legislação serão sanadas com base na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislações vigentes sobre o assunto.

11.3. Todas as situações não previstas neste Termo de Referência que se referirem à qualidade e descrição técnica do objeto serão sanadas com base em consultas a serviços similares com a descrição do objeto no mercado em geral. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, demais normas federais de licitações e contratos administrativos, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor, normas e princípios gerais dos contratos.

11.4. A contratação não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

Votuporanga, 13 de fevereiro de 2026.

WILSON DA SILVA BORGES

OFICIAL DE COMPRAS, ARQUIVO E PATRIMÔNIO